

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 2

Atena
Editora
Ano 2020

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19 A economia numa perspectiva interdisciplinar 2 [recurso eletrônico] /
 Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena,
 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-983-7
 DOI 10.22533/at.ed.837201902

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia –
 Pesquisa – Brasil. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 330

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais o conhecimento se torna o produto mais valioso em nossa sociedade. A proposta desta edição está no cerne deste acontecimento. Aqui são apresentados diversos trabalhos dos mais variados assuntos e agora com pesquisas feitas tanto por instituições brasileiras quanto europeias, mais especificamente portuguesas.

Como o próprio título deste livro ressalta, a interdisciplinaridade faz parte da construção desta coletânea, cujos trabalhos desenvolvidos abordam temas como o agronegócio, agricultura, mercado de peixes, saúde mental e previdência, temas estes referentes às pesquisas feitas por instituições brasileiras. Percebe-se a vocação natural do Brasil quanto às questões agrícolas, além da urgência e relevância dos assuntos pertinentes à saúde mental dos brasileiros e do financiamento da seguridade social que suporta estes cidadãos incapacitados.

Com respeito aos trabalhos desenvolvidos por instituições portuguesas, os temas tratados foram renda básica universal, reforma do sistema de pensões e consistência dos mecanismos de proteção social, regulação de recuperação financeira de entidades subnacionais e design aplicado à indústria. Pelos temas abordados pelas instituições portuguesas, fica evidente como questões sociais e de responsabilidade do governo ainda estão em voga na discussão acadêmica deste país. Estes temas de pesquisa são demandas da sociedade cujo debate ficou acalorado após a crise financeira mundial de 2008 e 2009, onde Portugal, juntamente com Espanha e Grécia estiveram entre os países europeus que mais sofreram consequências nefastas com esta recessão mundial.

Com isso, antecipo aos leitores que aqui encontrarão um aprofundamento nos temas destacados, além da oportunidade de analisar como se diferenciam e se assemelham as pesquisas realizadas pelas instituições brasileiras e pelas instituições portuguesas.

Lucca Simeoni Pavan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA CRISE POLÍTICO-ECONOMICA DA VENEZUELA E SEUS IMPACTOS NO SETOR DE AGRONEGÓCIOS PARAENSES ENTRE 2012-2017	
Victor José Lima da Silva Brandão Nara Marques Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019021	
CAPÍTULO 2	14
PARADIGMA TECNOLÓGICO NA AGRICULTURA PARAENSE: O CASO DA CULTIVAR DE AÇAÍ BRS-PARÁ	
Sheila de Souza Corrêa de Melo Patrícia de Paula Ledoux Ruy de Souza Enilson Solano Albuquerque Silva Aldecy José Garcia de Moraes Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019022	
CAPÍTULO 3	20
O MERCADO DE PEIXE NAS PRINCIPAIS FEIRAS LIVRES DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ	
Gisalda Carvalho Filgueiras Oriana Trindade de Almeida Alan Tiago Corrêa Sergio Luiz de Medeiros Rivero	
DOI 10.22533/at.ed.8372019023	
CAPÍTULO 4	32
SAÚDE MENTAL E RENDA: IMPACTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS NA ECONOMIA REGIONAL	
Patrício Francisco da Silva Hudson Wallença Oliveira e Sousa Larissa Carvalho de Sousa Marilsa de Sá Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8372019024	
CAPÍTULO 5	45
RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL: A PERCEÇÃO EM PORTUGAL	
Diamantino Ribeiro Cristiana Silva Azevedo João Filipe Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019025	
CAPÍTULO 6	75
REFORMA DO SISTEMA DE PENSÕES E CONSISTÊNCIA INTERTEMPORAL DA PROTECÇÃO SOCIAL	
Jorge Miguel Ventura Bravo	
DOI 10.22533/at.ed.8372019026	

CAPÍTULO 7	92
REGULAÇÃO DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS: UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	
Flora Hermengarda de Pinho e Cunha Lobo	
DOI 10.22533/at.ed.8372019027	
CAPÍTULO 8	108
DO PATRIMÓNIO À CRIATIVIDADE DOS CIDADÃOS – A ECOLOGIA DO DESIGN E PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DE PAREDES	
Jorge Brandão Pereira	
Heitor Alvelos	
Vitor Quelhas	
DOI 10.22533/at.ed.8372019028	
SOBRE O ORGANIZADOR	122
ÍNDICE REMISSIVO	123

RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL: A PERCEÇÃO EM PORTUGAL

Data de aceite: 13/02/2020

Diamantino Ribeiro

CEFAGE-UÉ - Centro de Estudos e Formação
Avançada em Gestão e Economia da
Universidade de Évora – Portugal,
e-mail: diamantinojribeiro@gmail.com

Cristiana Silva Azevedo

Universidade Lusófona do Porto – Porto –
Portugal,
e-mail: cris.azevedo29@hotmail.com

João Filipe Ribeiro

UBI – Universidade da Beira Interior, Covilhã –
Portugal,
e-mail: joao217@gmail.com

RESUMO: Numa altura em que o debate económico e social se intensifica a nível mundial, fruto das preocupações com o aumento da pobreza no mundo e o progressivo afastamento entre ricos e pobres, urge encontrar caminhos e alternativas económicas e sociais que possam ser testadas e colocadas em prática. A recente distinção de Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer, como Prémio Nobel da Economia de 2019, pela “abordagem experimental” nos estudos relacionados com formas de mitigação da pobreza pode ser considerada uma prova dessa urgência. Este estudo exploratório sobre a perceção dos Portugueses relativamente ao

Rendimento Básico Incondicional (RBI) inicia com a evolução histórica e epistemológica do conceito “trabalho” de forma a percebermos as várias interpretações ao longo do tempo; posteriormente são apresentadas algumas reflexões teóricas defendidas por vários autores ao longo do tempo e terminaremos a contextualização teórica visitando algumas experiências e abordagens já realizadas em vários locais a nível Mundial. O RBI – Rendimento Básico Incondicional ou RBU – Rendimento Básico Universal, tem defensores e oponentes, ambos os lados com argumentos convincentes sobre a sua aplicabilidade prática, no entanto, não podem ser tiradas conclusões sem experiências e resultados convincentes no terreno. Da mesma forma, a ideia não deve ser abandonada sem percebermos a sua real aplicabilidade, pois o seu sucesso poderá ser importante para o desenvolvimento futuro do Mundo. Os estudos sobre o RBI ainda estão no início, ainda que o tema seja debatido por vários investigadores desde o século passado como veremos; alguns países lançaram projetos piloto recentemente ou estão a considerar a sua implementação. A pergunta que se impõe é se o tema está suficientemente percebido e interiorizado pelas populações ou se se ficou pela reflexão académica. Em Portugal a temática surge de tempos a tempos na comunicação social; não existindo investigação suficiente

sobre o tema nem conhecimento por parte da população, como veremos, somos de opinião que o debate ainda nem sequer se iniciou. Dessa forma entendeu-se premente o contributo Português para o enriquecimento do conhecimento sobre as temáticas do “futuro do trabalho”, “o trabalho do futuro” e mais especificamente sobre o Rendimento Básico Incondicional. Para percebermos a perceção dos Portugueses sobre o tema, preparamos um questionário, que foi respondido por 273 pessoas. Os resultados são evidentes e indicam que existe um grande desconhecimento da generalidade da população sobre a temática RBI, pelo que é fundamental e urgente lançar o debate na opinião pública Portuguesa, de forma que, mesmo antes da formação de opiniões empíricas por parte da população, o conhecimento e discussão sobre o tema seja feito numa forma cuidada e objetiva, assente em literatura e abordagens de investigadores internacionais, bem como em estudos e resultados de experiências anteriores.

PALAVRAS CHAVE: Futuro, Rendimento Básico Universal, Trabalho.

ABSTRACT: At a time when the economic and social debate is intensifying worldwide, as a result of concerns about rising world poverty and the growing gap between rich and poor, there is a need to find ways and alternatives that can be tested and put into practice. The recent distinction of Abhijit Banerjee, Esther Duflo and Michael Kremer, with the 2019 Nobel Prize for Economics, for the “experimental approach” in studies related to forms of poverty relief can be considered as evidence of that need. This exploratory study on the Portuguese perception of Universal Basic Income (UBI) begins with the historical and epistemological evolution of the concept “work” in order to understand the various interpretations over time; Subsequently, some theoretical reflections sustained by several authors over time are presented and we will end the theoretical contextualization by visiting some experiences and approaches already carried out in various locations worldwide. UBI – Universal Basic Income has its defenders (?) and opponents, both sides with convincing arguments about their practical applicability, however, conclusions cannot be drawn without convincing experience and results on the ground. Similarly, the idea should not be abandoned without realizing its real applicability, as its success could be important for the future development of the world. UBI studies are still in its early stages, although the topic has been debated by many researchers since the last century as we shall see. Some countries have recently launched pilot projects or are considering their implementation. The question that arises is whether the theme is sufficiently understood and internalized by the populations or if it has been left to academic reflection. In Portugal, the theme arises from time to time in the media; If there is not enough research on the subject or knowledge from the population, as we will see, we are of the opinion that the debate has not even begun. Thus, we find the Portuguese contribution to the enrichment of knowledge about the theme of the “future of work”, “the work of the future” and more specifically about Universal Basic Income. To understand the Portuguese perception on the subject, we prepared a questionnaire, which was answered by 273 people. The results indicate that there is a great lack of knowledge of the general population about the UBI theme, so it is essential and urgent to launch the debate in Portuguese public

opinion, so that even before the formation of empirical opinions by the population, knowledge and discussion on the subject is done in a careful and objective manner, based on studies and results of previous experiences, in order to base them on scientific results produced by various international researchers.

KEYWORDS: Future, Universal Basic Income, Work.

1 | INTRODUÇÃO

A palavra “trabalho” provém do latim *tripalium*, que significa castigo. *Tripálio* (do latim tardio “*tri*” (três) e “*palus*” (pau) - literalmente, “três paus”) é um instrumento romano de tortura, no qual eram supliciados os escravos. Daí derivou o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significava, inicialmente, torturar alguém no *tripálio*. Esse instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, também serviria para os agricultores baterem o trigo e as espigas de milho, para os separar e esfiapar.

Esses termos vieram a dar origem, no português, às palavras “trabalho” e “trabalhar”, embora no sentido original o “trabalhador” seria um carrasco, e não a pretensa “vítima”, como acontece atualmente.

Desde o trabalho escravo, ao servilismo, terminando com a alteração do paradigma a partir da revolução industrial, será feita uma contextualização histórica que permitirá concluir (ou talvez não) que o “mito” sobre o trabalho “obrigatório” (assalariado por conta de outrem), ganhou raízes a partir da revolução industrial complementado com as contribuições de Karl Marx nos seus ensaios “O Capital e o Trabalho”.

O trabalho humano desenvolvido ao longo da história da humanidade é de tal forma importante, que a filósofa Hannah Arendt na sua obra “A Condição Humana” estudou e interpretou as estruturas que condicionam a experiência humana, investigou o sentido e os modos das atividades humanas e suas respectivas dignidades. Para Arendt, o trabalho é uma atividade que o homem impôs à sua própria espécie, ou seja, é o resultado de um processo cultural (Arendt, 2010).

Governos de vários países preocupados com o futuro do trabalho e as previsíveis alterações sociais que as alterações podem provocar, têm vindo a discutir a possibilidade de implementar um rendimento básico e incondicional para todos os cidadãos. A Finlândia foi o primeiro país da Europa a implementar (em 2017) uma ideia próxima do RBI, que consistia em pagar a um grupo de desempregados 560 euros por mês, sem condições ou contrapartidas. A experiência, limitada a dois anos, abrangeu dois mil desempregados, mas foi abandonada pelo Governo. O projeto-piloto terminou sem obter os resultados pretendidos. Olli Kangas, um especialista envolvido no projeto, afirmou: “dois anos é um período demasiado curto para poder

extrair conclusões definitivas de uma experiência tão grande. Devíamos ter tido mais tempo e mais dinheiro para atingir resultados fiáveis”¹.

Os defensores do RBI pretendem a atribuição de um apoio estatal capaz de assegurar uma vida digna a todos os cidadãos; o RBI é um pagamento fixo regular de dinheiro fornecido pelo governo - ou outra instituição na esfera pública - a cada cidadão ou residente, independentemente de ele ser rico ou pobre e/ou ter um emprego remunerado. Esse rendimento baseia-se em três características (Van Parijs, 2004):

- Universalidade: deve englobar toda a população;
- Individualidade: deve ser projetada para atender indivíduos, não famílias, uma vez que é considerado um direito verdadeiramente individual;
- Incondicionalidade: deve ser incondicional (ou deve empregar condições que não violem a inclusão).

Num mundo em mudança, onde a realidade laboral está a mudar devido à automatização, há quem acredite que o RBI faz todo o sentido. Com a atribuição deste apoio, o Estado poderia assegurar condições de vida aos seus cidadãos, evitando o crescimento de populismos políticos, permitindo que todos partilhem o sucesso de uma “nova economia” (Birnbaum, 2012; FitzRoy & Jin, 2018; Huws, 2017; Pereira, 2017a, 2017b; Widerquist, 2001; Yunker, 2013).

Para alguns autores, o trabalho surge da necessidade do homem em satisfazer as suas necessidades e sobreviver, para outros o trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir a riqueza (Chandra, Chandra, & Pasma, 2010; Frank, 2008; Jordan, 2010; Pech, 2010).

Existem contudo vários autores que contestam o RBI, refletindo e apresentando estudos com o objetivo de demonstrar não ser uma opção razoável (Altman & Markham, 2019; Aydinonat, 2015; Denniss & Swann, 2016; Kaighin, 2019; Mays, 2016; Quiggin, 2019; Van Donselaar, 2009; Widerquist, 2018).

Este trabalho pretende que a reflexão não se limite ao RBI, aos seus prós ou contras, defensores ou críticos, antes pretende-se que o mesmo seja visto numa perspetiva mais ampla, tendo em conta a inevitabilidade das alterações sobre o “trabalho do futuro” e o “futuro do trabalho”.

Após a contextualização da evolução histórica do termo “trabalho” serão apresentadas experiências e trabalhos realizados durante os últimos anos e a opinião de vários autores e investigadores, que ajudarão, por um lado, a refletir sobre a temática e, por outro, ajudarão a perceber e discutir os resultados do inquérito realizado a 274 cidadãos Portugueses.

¹ O projeto abrangeu desempregados com idades entre os 25 e os 58 anos. Disponível em: <https://www.demoshelsinki.fi/en/2016/08/30/thousands-to-receive-basic-income-in-finland-a-trial-that-could-lead-to-the-great-societal-transformation-of-our-time/>. Consultado em: 31/10/2019

2 | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Evolução do trabalho

A denominação de trabalho surgiu, primeiramente, na Bíblia, no livro de Gênesis, quando referia a divisão de tarefas entre o homem e a mulher; o homem seria responsável pela caça e por garantir a proteção e, a mulher, por cumprir os encargos domésticos, bem como educar e tratar dos descendentes.

Após o neolítico, e o desenvolvimento da criação animal e da agricultura, o trabalho manual foi constantemente alvo de desvalorização.

No pensamento clássico grego, o trabalho era visto como um castigo, isto é, era inerente a um pensamento negativo, apesar de existirem duas teorias acerca do mesmo, uma relacionada com o facto de o trabalho ser considerado a essência do homem, criada por aqueles que o praticavam e, outra, interligada com a ideia de que o trabalho desprezava e abafava a inteligência humana.

Entre os pensadores da Grécia Antiga, trabalhar era malvisto. Aristóteles colocava o trabalho em oposição à liberdade, e Homero via na ociosidade da antiga nobreza grega um objetivo desejável. O trabalho pesado era para mulheres, servos e escravos (Silva, 2016).

Na Idade Média, trabalhar na agricultura era uma tarefa árdua. Quem era obrigado a trabalhos forçados pelos seus patrões, não tinha escolha. Mas, quem a tinha, preferia o ócio e a festa e não se preocupar com o amanhã. Pensar em algum tipo de lucro era considerado vício. Uma cota de até cem dias livres por ano servia para garantir que o trabalho não ficasse em primeiro plano².

No século XXVI, Martinho Lutero declarou a ociosidade um pecado. O homem nasce para trabalhar, escreveu Lutero. Segundo ele, o trabalho é um “serviço divino” e ao mesmo tempo “vocação” (Silva, 2016).

No puritanismo anglo-americano, o trabalho é visto como um sinal de que quem o executa foi escolhido por Deus. Essa filosofia acelerou o desenvolvimento do capitalismo (Guilherme De Moura & Florianópolis, 2006).

No século XVIII, época da industrialização na Europa, a população crescia e diminuía o espaço cultivável. As pessoas migraram para as cidades em busca de trabalho em fábricas e fundições. Em 1850, muitos operários trabalhavam 14 horas por dia, seis dias por semana. Os salários mal davam para sobreviver. As descobertas como a máquina a vapor e o tear mecânico triplicaram a produção (Burns, 2011).

No início do século XX, Henry Ford aperfeiçoou o trabalho na linha de montagem da indústria automóvel, estabelecendo padrões para a indústria em geral. Com isso, a produção do Ford modelo T em série, reduziu os custos, o que por um lado baixou o preço de venda do veículo e por outro possibilitou salários mais altos aos funcionários³.

2 Disponível em: <http://www.amaso.com.br/PDFs/AMASOn18.pdf>. Consultado em: 30/9/2019

3 <https://www.ford.pt/experiencia-ford/historia-e-herenca>

Com as fábricas surge uma nova classe: o proletariado. Para Karl Marx, que cunhou este termo, o trabalho é a essência do homem. O socialista Paul Lafargue, genro de Carl Marx, referiu em 1880 que um estranho vício dominava a classe trabalhadora em todos os países; referia-se ao “amor” ao trabalho e classificava-o como um vício frenético, responsável por levar os indivíduos à exaustão (Henrique & Mota, 2016).

Ao longo do século XX, aumentaram significativamente os custos sociais com os trabalhadores nas nações mais ricas do mundo. Como resultado, as empresas transferiram a produção para onde a mão de obra é mais barata. Em muitos países pobres prevalecem até hoje circunstâncias que lembram o início da industrialização na Europa: trabalho infantil, salários baixos e falta de segurança social. Enquanto isso, na Europa os empregos aumentam no setor de prestação de serviços. Cuidadores de idosos são procurados desesperadamente. Novos campos de trabalho abrem-se como resultado das transformações sociais e dos avanços tecnológicos. Com o passar do tempo, a jornada de trabalho foi reduzida e o volume de trabalho per capita diminuiu 30% entre 1960 e 2010 (Ursula Huws, 2016).

Surge então a robotização; as máquinas não fazem greve, não exigem aumentos salariais e são extremamente precisos: os *robots* industriais estão a revolucionar o mundo do trabalho. O economista americano Jeremy Rifkin é de opinião que estamos a viver uma “terceira revolução industrial” que irá acabar com o trabalho assalariado. Os Robôs vão nos substituir? Esta pergunta já é feita há 40 anos, desde que a automação chegou às fábricas, mas agora a situação intensifica o debate. Com o avanço da digitalização, da Internet das Coisas e da Indústria 4.0 (Quarta Revolução Industrial), muitas ocupações estão a tornar-se “obsoletas” – e não só na indústria (Rifkin, 2014).

Visto do ponto de vista positivo, se as máquinas fazem o trabalho normalmente da responsabilidade dos humanos, as pessoas passam a ter tempo para outras tarefas como a proteção ambiental, o apoio a idosos, doentes e necessitados, muitas tarefas que no momento já são executadas por voluntários. Talvez no mercado de trabalho do futuro, as pessoas possam voltar a fazer o que gostam e o que lhes dá prazer? Fica a questão.

Dani Rodrik (2015), professor de Economia Política Internacional na John F. Kennedy School of Government, de Harvard, e autor de “*Economics Rules: The Rights and Wrongs of the Dismal Science*”, defende que, há boas e más notícias para o futuro do trabalho nos países em desenvolvimento. Graças às políticas sociais e aos direitos laborais, os trabalhadores podem tornar-se atores plenos na economia muito mais cedo no processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é provável que o motor tradicional do desenvolvimento económico - industrialização – funcione com uma capacidade muito inferior. A combinação resultante de elevadas expectativas públicas e a baixa capacidade de produção de rendimento será um grande desafio

para todas as economias em desenvolvimento do mundo (Aydinonat, 2015).

Com todas estas transformações a uma velocidade que, pode dificultar previsões, para além de ser necessário retirar o máximo proveito das competências diferenciadoras do ser humano, principalmente o seu lado criativo e inovador para desenvolver alternativas, é necessário pensar para além do normal; Bill Gates, por exemplo lançou a ideia de se imputar uma taxa para os utilizadores e implementadores da robótica, que possa proporcionar em paralelo um rendimento, para os cidadãos⁴.

2.2 Rendimento Básico Incondicional (RBI)

A ideia de um Rendimento Básico Incondicional para os pobres surgiu no século XVI, defendida pelos pensadores humanistas Thomas More e Ludovicus Vives. Thomas More defendeu a ideia no seu livro *Utopia* em 1516 (More, 2014), curiosamente pela voz dum viajante português, Raphael Nonsense, mas é Ludovicus Vives em 1526 que no seu livro “*De Subventionem Pauperum*” que defende a ideia de maneira mais detalhada (Vives, 2017).

No século XVIII, a ideia de um rendimento pago uma só vez a todos foi defendida pelo Marquês de *Condorcet* no seu livro póstumo intitulado “*Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain*” (Condorcet, 1795) e pouco tempo depois (1796) pelo seu amigo Thomas Paine no seu livro “*Agrarian Justice*” (Foner, 1995). Esta ideia de um rendimento pago uma só vez também foi defendida por dois professores de direito da universidade de Yale, Bruce Ackerman e Anne Alstott, no livro “*The Stakeholder Society*” (Ackerman & Alstott, 1999) e é hoje amplamente discutida por outros autores, como se pode ler no livro “*The Ethics of Stakeholding*” (Dowding, Wispelaere, & White., 2003).

No século XIX, é defendida a ideia de um Rendimento Básico Incondicional, que combina as duas ideias prévias – a de um rendimento básico para os pobres, com a ideia de um rendimento pago uma só vez a todos. Esta ideia foi defendida por vários pensadores ilustres, destacando-se, entre eles, o utopista francês Charles Fourier no seu livro “*La Fausse Industrie*” (Fourier, 1836), o pensador político e filósofo inglês do século XIX, John Stuart Mill no seu livro de 1848 “*Principles of Political Economy*” (Mill, 2006), e o belga Joseph Charlier que defende a ideia no seu livro “*Solution du problème social ou constitution humaine*” (Charlier, 1848).

Já no século XX, existiram três períodos onde o RBI foi defendido:

- Primeiro foi durante o período entre as duas grandes guerras mundiais, sobretudo na Grã-Bretanha, sendo o filósofo e matemático Bertrand Russell o primeiro a fazê-lo no seu livro “*Roads to Freedom*” publicado em 1918, (Russell, 2004), seguido pelo economista George D.H. Cole em vários dos seus livros (Pound, Davis, & McWhirter, 2015), e pelo economista James Meade

4 <https://www.ft.com/content/d04a89c2-f6c8-11e6-9516-2d969e0d3b65>

galardoado com o Nobel da Economia, no seu livro “*Outline of an Economic Policy for a Labor Government*” publicado em 1935, (Blankenagel, 2012).

- No período dos anos 60-70, o debate teve lugar sobretudo nos EUA, onde surgiram dois dos seus mais famosos defensores e ambos vencedores do Nobel da Economia, Milton Friedman, e James Tobin, (Friedman, 2009; Tobin, 1980). Outras figuras de destaque mostraram a sua posição favorável, como Martin Luther King e o Presidente Americano Richard Nixon (Marcelo, Merrill, Bizarro, & Pinto, 2019).
- A partir dos anos 80, o RBI foi sobretudo defendido na Europa continental, sobretudo através da criação, em 1986, do BIEN (*Basic Income European Network*) com sede na Universidade Católica de Louvain, sendo o filósofo belga Phillipe Van Parijs, director da *Hoover Chair*, um dos seus mais ativos fundadores. A partir de 2004, o BIEN passou a significar *Basic Income Earth Network*.

Na atualidade o debate tem avanços e recuos, com defensores e oponentes a dirimirem os seus argumentos. Espera-se que o debate saia fora do circuito académico e seja partilhado com os cidadãos para que estes possam refletir, discutir e sedimentar as suas ideias, porque o futuro é já ali.

2.3 Rendimento Básico Universal (RBU) em Portugal

Em Portugal, a existência de um movimento organizado em torno da defesa de um RBI é muito recente. Até hoje, a experiência que existe em Portugal mais próxima dum RBI é o pagamento de um «rendimento mínimo garantido», criado durante o Governo socialista de António Guterres (1999 a 2002). Atualmente chama-se Rendimento Social de Inserção (RSI) e consiste no pagamento de um rendimento mínimo a todos os indivíduos que não se integrem no circuito do trabalho e da subsistência social. Também existiu durante o governo socialista de José Sócrates (2005 a 2009) a intenção de implementar uma medida de incentivo à natalidade, a «Conta Poupança Futuro», atribuindo um cheque-bebé de 200 euros por cada criança nascida. No entanto, esta medida não chegou a ser implementada, apesar de ter sido aprovada no Conselho de Ministros, contrariamente às medidas similares implementadas em Espanha⁵.

A bibliografia produzida em Portugal é quase inexistente, mas existe já alguma atividade e ideias sobre o tema, plasmadas sobretudo no *website*: www.rendimentobasico.pt.

Martim Figueiredo (2013) no seu livro “Será que os surfistas devem ser subsidiados?” apresenta algumas reflexões (Figueiredo, 2013). Roberto Merrill, apresentou um artigo intitulado «O Rendimento Básico Incondicional como um novo

5 Disponível em: www.rendimentobasico.pt. Consultado em: 30/09/2019

direito humano? Da exploração à pré-distribuição», publicado no site Esquerda.net, no qual desenvolve uma defesa normativa do RBI⁶.

No ano 2017 realizou-se em Portugal o 17º Congresso BIEN, como forma de incentivar o debate sobre o tema RBI, contando com a participação de vários oradores, investigadores e académicos e apresentação de artigos⁷. Dois anos antes da realização do congresso, várias figuras publicas dirimiam os seus argumentos na comunicação social. Francisco Louçã, político com ideologia de esquerda e professor Universitário, criticava o RBI referindo que “é estranhamente injusto, porque paga o mesmo ao pobre e ao rico, e é mal fundamentado, porque não propõe qualquer forma consistente de pagar a conta”⁸; esta posição foi imediatamente criticada por vários defensores do RBI como Roberto Merril, porta-voz da campanha pelo RBI, que o acusou de ser “um gajo de direita”, também por André Barata, dirigente do Partido Livre, que o comparou a um escravagista dos tempos modernos, e José Neves, defensor do RBI, que teceu críticas por este recusar liminarmente a ideia sem a querer discutir. Louçã sustenta as suas inquietações referindo “(...) se é um compromisso que deve passar a caber ao Estado e a ser pago por todos, então o mínimo neste debate é avaliarmos a exequibilidade, os custos, os efeitos e os modos de proceder”⁹.

Entretanto na iniciativa para a petição europeia¹⁰ sobre a possível implementação do RBI no espaço da união europeia, uma das respostas do RBI seria simplificar os sistemas de segurança social, concentrando todos os apoios sociais, nomeadamente, subsídio de desemprego, subsídio de reinserção social, abono de família, etc., num único apoio social.

Para o sociólogo Adriano Campos e o dirigente partidário Ricardo Moreira, desistir da exigência do pleno emprego é anunciar a morte do direito ao trabalho¹¹; acusam ainda que “(...) os proponentes do RBI recusam o carácter utópico da proposta, afirmando a sua plena aplicação como uma possibilidade real e efetiva, mas ao fazê-lo enredam-se numa narrativa que nega a mais imediata das possibilidades: a criação de emprego”¹². Recorrendo ao filósofo Austro-Francês André Gorz, Adriano Campos e Ricardo Moreira referem que “é importante perceber até que ponto a

6 Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/rendimento-basico-incondicional-2/33969>. Consultado em: 29/8/2019

7 Disponível em: <http://rendimentobasico.pt/17o-congresso-bien/> Consultado em 1/11/2019

8 Disponível em: <https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2015/03/02/rendimento-basico-incondicional-como-quanto-e-para-quem/> Consultado em: 10/10/2019

9 Disponível em: <https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2015/03/02/rendimento-basico-incondicional-como-quanto-e-para-quem/> Consultado em: 25/10/2019

10 Disponível em: <https://www.grundeinkommen.de/content/uploads/2011/10/11-10-09-mindesteinkommen-grundeinkommen-europa-en.pdf> Consultado em: 11/10/2019

11 Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/rendimento-basico-incondicional-1/33951>. Consultado em: 11/11/2019

12 Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/rendimento-basico-incondicional-1/33951#sdfootnote3sym>. Consultado em: 10/10/2019

noção de trabalho abstrato – pilar da teoria do valor-trabalho – terá de se atualizar de forma a providenciar uma análise mais acurada das novas formas de exploração laboral, num tempo em que o custo social do trabalho se afasta, cada vez mais, da medida mercantil de seu custo imediato.

A hipótese do desaparecimento do trabalho não se confunde, portanto, com a busca de uma melhor análise da sua crise sob a forma mercantil e capitalista dos nossos tempos”¹³.

Já em 2019, Gonçalo Marcelo, Roberto Merrill e Sara Bizarro, apresentaram o livro “Rendimento Básico Incondicional: uma defesa da liberdade” para, nas suas palavras, dar a conhecer, de forma pormenorizada, mas acessível ao público em geral, uma ideia antiga, mas que tem tido um interesse renovado nos últimos anos (Marcelo et al., 2019) de forma pormenorizada mas acessível ao público em geral, uma ideia antiga, mas que tem tido um interesse renovado nos últimos anos: a proposta da atribuição de um rendimento básico incondicional para todos. Esta ideia, muitas vezes descartada e desqualificada por alegadamente pertencer ao mero domínio da utopia, entendida em sentido pejorativo como algo irrealizável, tem sido alvo do interesse de muitas pessoas (académicos, políticos, empresários, ativistas e, obviamente, todos os cidadãos preocupados com o bem comum.

Pelo breve enquadramento efetuado, pode inferir-se que para além de serem recentes e reduzidas as reflexões e debates sobre o RBI em Portugal, as próprias dúvidas sobre quem já pensou, refletiu e discutiu o tema ainda são muitas. Foi nesse contexto que se entendeu importante investigar o tema sobre a perceção do cidadão comum Português, isto é, se por um lado já ouviu falar do RBI e, por outro lado, qual o seu posicionamento relativamente a várias questões sobre o trabalho atual e futuro, e sobre a implementação do RBI.

2.4 Experiências e trabalhos sobre o RBI no Mundo

Depois de algumas experiências restritas e inconclusivas - em 2012 na Índia, com duração de um ano e meio, unicamente para algumas aldeias do Estado de Madhya Pradesh em que foram atribuídas cerca de 200 rúpias por mês por adulto (2,74 euros) e 100 rúpias para crianças, e na Namíbia entre 2008 e 2012 atribuindo cerca de 10 euros por mês a cerca de 1200 habitantes - surge no ano de 2013 na Suíça, um grupo de manifestantes e apologistas do RBI, que com a justificação que o nível de desemprego iria aumentar com a substituição do Homem pela robótica, devido à progressão e aceleração do desenvolvimento tecnológico, reuniu 126 mil assinaturas para, entregar ao Parlamento para que este mudasse a constituição e, implementasse o RBI. Em 2016, ocorreu um referendo para propor a implementação

13 Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/rendimento-basico-incondicional-1/33951#sdfootnote6sym>. Consultado em: 11/10/2019

dum RBI de 2,5 mil francos suíços por adulto e 625 francos por cada menor de 18 anos. A medida foi rejeitada por ampla margem; 76,9% dos eleitores opuseram-se à ideia. Albert Jörimann, no seu artigo “*Financing Basic Income in Switzerland, and an Overview of the 2016 Referendum Debates*” apresenta alguns estudos para determinar o custo estático real da introdução do RBI na Suíça, analisa os recursos de financiamento disponíveis, e avalia os benefícios da segurança social, apontando várias questões e preocupações com a sua sustentabilidade (Jörimann, 2017).

A Finlândia foi o primeiro país da Europa a testar a atribuição dum rendimento básico universal no ano de 2017, atribuindo 560€ a dois mil desempregados, com idades entre os 25 e 58 anos, todos os meses, sem obrigações ou contrapartidas por parte destes. Após 2 anos de implementação o Governo deu por terminada a experiência. Olli Kangas, que acompanhou o projeto, referiu que, “dois anos é um período demasiado curto para poder extrair conclusões definitivas de uma experiência tão grande. Devíamos ter tido mais tempo e mais dinheiro para garantir resultados fiáveis”¹⁴. As conclusões foram decepcionantes para quem acreditava que o RBI seria uma boa estratégia no que diz respeito ao aumento do emprego. De acordo com os resultados preliminares do estudo (Fig.1), as pessoas que receberam RBI tiveram mais meio-dia empregados durante um ano inteiro, face ao que aconteceu num grupo de desempregados idêntico (grupo de controlo) que não recebeu este benefício. Os que estavam no teste-piloto estiveram empregados durante 49,6 dias em 2017. Já os do grupo de controlo trabalharam durante 49,3 dias. “Podemos dizer que durante o primeiro ano da experiência, os que receberam o RBI não estavam melhores nem piores do que os do grupo de controlo”, disse Ohto Kanninen, um dos responsáveis do teste-piloto¹⁵. Caso conseguissem emprego, os beneficiários do RBI continuariam a receber o benefício; por outro lado, não tinham qualquer penalização caso não procurassem emprego de forma ativa, ou recusassem ofertas que surgissem.

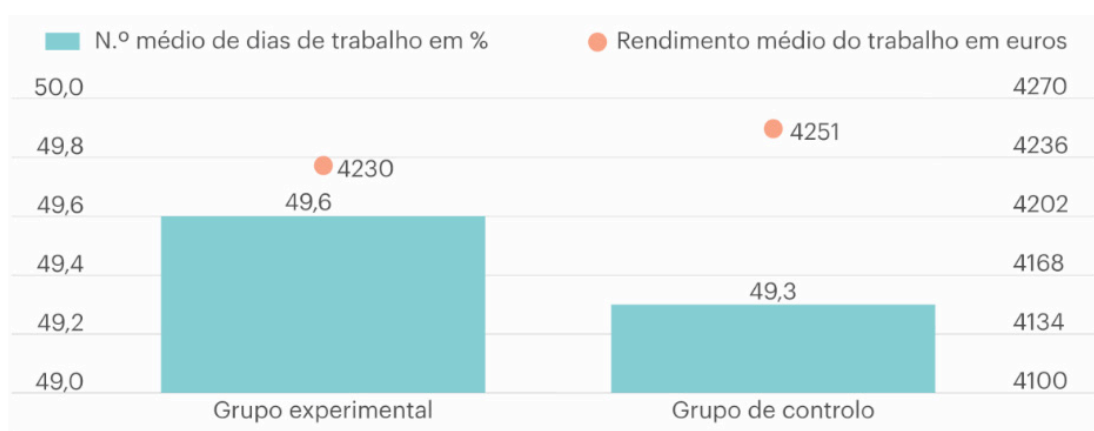


Figura 1-Efeitos do RBI no emprego (Experiência Finlândia 2017)

14 Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2018-04-23-Finlandia-acaba-com-a-experiencia-de-rendimento-basico-universal>. Consultado em: 30/9/2019

15 Disponível em: <https://www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/rendimento-basico-incondicional-nao-ajudou-a-criar-emprego-na-finlandia>. Consultado em: 30/9/2019

Se no emprego o impacto foi negligenciável, o RBI acabou por melhorar o bem-estar das pessoas que foram incluídas no teste (Fig.2). “Os beneficiários do RBI no teste-piloto reportaram melhores níveis de bem-estar em todos os parâmetros, face ao reportado no grupo de comparação”, refere outro responsável deste teste, Olli Kangas¹⁶.

Em %		Grupo experimental	Grupo de controlo
Percepção do inquirido face ao seu estado de saúde	Muito boa	15,0	10,0
	Boa	41,0	36,0
	Normal	30,0	36,0
	Má	10,0	13,0
	Muito má	4,0	4,0
	Não Sabe/Não responde	0,3	0,6
Nível percebido de stress do inquirido	Nenhum stress	22,0	20,0
	Nível pequeno de stress	33,0	26,0
	Nível moderado de stress	29,0	29,0
	Nível elevado de stress	12,0	16,0
	Nível muito elevado de stress	5,0	9,0
	Não sabe/Não responde	0,0	0,3

Figura 2-Efeitos do RBI no Bem-Estar (Experiência Finlândia 2017)

As pessoas incluídas no teste mostraram “menos sintomas de stress, menos dificuldades de concentração e menos problemas de saúde”, disse Minna Ylikanno, uma investigadora que também envolvida nesta experiência. Os beneficiários “também se apresentaram mais confiantes no futuro”, acrescentou¹⁷.

A Finlândia é vista como um país-modelo nas políticas de apoios sociais, sobretudo no que diz respeito à educação e ao incentivo à natalidade; o país do norte da Europa, um dos mais envelhecidos da região, tem registado um crescimento económico sólido e conseguiu baixar a taxa de desemprego nos últimos anos. A taxa desceu para 6,6% em dezembro de 2018, o que corresponde ao nível mais baixo em 10 anos.

Paralelamente às várias experiências que vão surgindo, vários investigadores têm acompanhado e apoiado reflexões a nível mundial:

Na Austrália, Altman, (2016) e Altman & Markham, (2019) estudaram a aplicação de um Rendimento básico para Australianos indígenas numa abordagem de subsistência em tempos neoliberais e as razões do fracasso das metas do Governo em reduzir pela metade a diferença nos resultados de emprego entre indígenas e outros australianos até 2018. No ano 2016, Greg Marston, coloca a questão se o

16 <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/seguranca-social/detalhe/rendimento-basico-incondicional-nao-ajudou-a-criar-emprego-na-finlandia>

17 <https://www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/rendimento-basico-incondicional-nao-ajudou-a-criar-emprego-na-finlandia>

RBI pode desempenhar um papel importante no futuro e responde no seu artigo “*Greening the Australian Welfare State: Can Basic Income Play a Role? In Basic Income in Australia and New Zealand*” (Marston, 2016). Gary Flomenhoft (2017), no seu artigo “*Total Economic Rents of Australia as a Source for Basic Income*” apresenta uma abordagem sobre o RBI estabelecendo uma ligação com a inteligência artificial (IA), defendendo a urgência em resolver a questão de como financiar o RBI (Flomenhoft, 2017). Numa abordagem muito recente, Tin Hollo, defende que a implementação do RBI na Austrália requer uma apreciação do contexto político e de uma estratégia política para mudar o discurso e construir poder, por isso no seu artigo “*Finding a Political Strategy for a Basic Income in Australia*”, descreve o contexto político existente na Austrália, analisando as posições dos principais partidos políticos e organizações da sociedade civil, propondo abordagens para criar apoio ao Rendimento Básico Incondicional (Hollo, 2019).

Na América do Sul, Alzúa, Cruces, & Ripani, (2013) analisaram o efeito de 3 programas de bem-estar e incentivos ao trabalho e à oferta de mão-de-obra adulta em países em desenvolvimento em áreas rurais: Programa Nacional de Educação do México, Saúde e Alimentação (PROGRESA), Rede de Proteção Social da Nicarágua e Programa de Assinatura Familiar de Honduras e concluíram que os efeitos que os programas tiveram sobre a oferta de mão-de-obra dos adultos participantes foram principalmente negativos, mas ainda assim são pequenos e não são estatisticamente significativos.

Na Holanda, em 2019, Loek Groot, Ruud Muffels e Timo Verlaat, percebendo que o foco no apoio ao estado de bem-estar na Holanda foi deslocado das políticas de combate à pobreza para estratégias de investimento social, abordam o RBI e as suas perspetivas psicológicas motivacionais e económicas comportamentais no seu artigo “*Welfare States’ Social Investment Strategies and the Emergence of Dutch Experiments on a Minimum Income Guarantee*” (Groot, Muffels, & Verlaat, 2019).

Na Irlanda, na sequência da grave crise financeira que abalou o País no início da década de 2010, as preocupações com o emprego futuro passaram a ser uma das preocupações e dessa forma percebe-se o surgimento de alguns estudos e propostas sobre a implementação do RBI; Randall Wray, estuda e apresenta algumas propostas no seu artigo “*The Euro Crisis and the Job Guarantee: A Proposal for Ireland*” (Wray, 2013).

No Alasca, desde a década de 80 do século passado, instituiu-se o pagamento anual de um dividendo do Fundo Permanente a todos os residentes, mas os seus impactos no cenário económico, social e político nunca foram estudados; Scott Goldsmith, no seu artigo “*The Economic and Social Impacts of the Permanent Fund Dividend on Alaska*” apresenta apenas uma reflexão sistematizada e baseada em várias observações, interpretações e de várias pesquisas (Goldsmith, 2012).

Na China, o tema RBI é relativamente novo, mas pode tornar-se relevante, especialmente numa abordagem pós 2020, quando, apesar da projetada erradicação da pobreza extrema à escala nacional, outras formas de desafios sociais podem surgir ou se tornar mais proeminentes. Isso pode trazer à tona questões sobre políticas de bem-estar atuais e possíveis barreiras para manter um apoio efetivo aos necessitados. Nesse contexto, a China iniciou um projeto de pesquisa de discussão sobre o RBI. Segundo os promotores, o objetivo é começar a explorar o potencial do RBI como uma ferramenta política alternativa para fornecer proteção social, com base nas discussões teóricas sobre os prós e contras do RBI, bem como uma visão geral das suas práticas atuais ou esperadas (Zhen, Guerriero, Lopez, & Haverman, 2020).

Por fim, entende-se ainda interessante referir a visão do RBI e dos seus impactos futuros na lógica da igualdade de género, partilhada por Eva Cox, no seu artigo “*Feminist Perspectives on Basic Income*” onde demonstra preocupações relativamente à integração da mulher no trabalho futuro (Cox, 2019).

Após esta viagem teórica sobre vários trabalhos e experiências que vão surgindo no panorama internacional, no próximo capítulo iremos apresentar, analisar e discutir os resultados do inquérito efetuado a um grupo de residentes em Portugal no início do ano 2019, sobre as temáticas “o Futuro do trabalho”, “o Trabalho do futuro” e o “RBI”.

3 | METODOLOGIA

Com o objetivo de investigar a perceção dos Portugueses sobre “o futuro do trabalho” vs “o trabalho do futuro” e a sua relação com o RBI, foi realizado um estudo, a partir das respostas de um inquérito *online* construído na plataforma *Google Drive*. Participaram no inquérito 273 indivíduos. Todas as respostas foram consideradas válidas.

Após a caracterização dos participantes (sexo, idade, estado civil, local de trabalho e profissão), foram colocadas 21 questões fechadas para avaliação quantitativa e 4 questões abertas para análise qualitativa. As respostas às questões fechadas foram analisadas com recurso a tabelas dinâmicas do software Excel e também com recurso ao software de análise estatística SPSS; as questões abertas foram analisadas através do uso da técnica de análise de conteúdo (Amado, Costa, & Crusoé, 2017) com recurso aos software de investigação qualitativa webQDA de acordo com os parâmetros definidos por (Costa, 2016; Costa & Amado, 2018; Costa, de Souza, Moreira, & de Souza, 2018; Costa, Linhares, & de Souza, 2014; Costa, Moreira, & Souza, 2019).

Neste estudo somente analisaremos as respostas às questões relacionadas

com a perceção dos inquiridos sobre o seu trabalho atual, a sua visão sobre o trabalho do futuro, o seu conhecimento sobre o RBI bem como o seu posicionamento quanto á sua implementação em Portugal. Em estudos futuros, analisaremos outras variáveis, como seja a relação do trabalho com a felicidade bem como as opiniões sobre o que cada um faria no caso de ser implementado em Portugal o RBI.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caraterização da amostra

Relativamente à caraterização dos inquiridos, existe uma grande dispersão de idades conforme se pode ver pela figura 3:

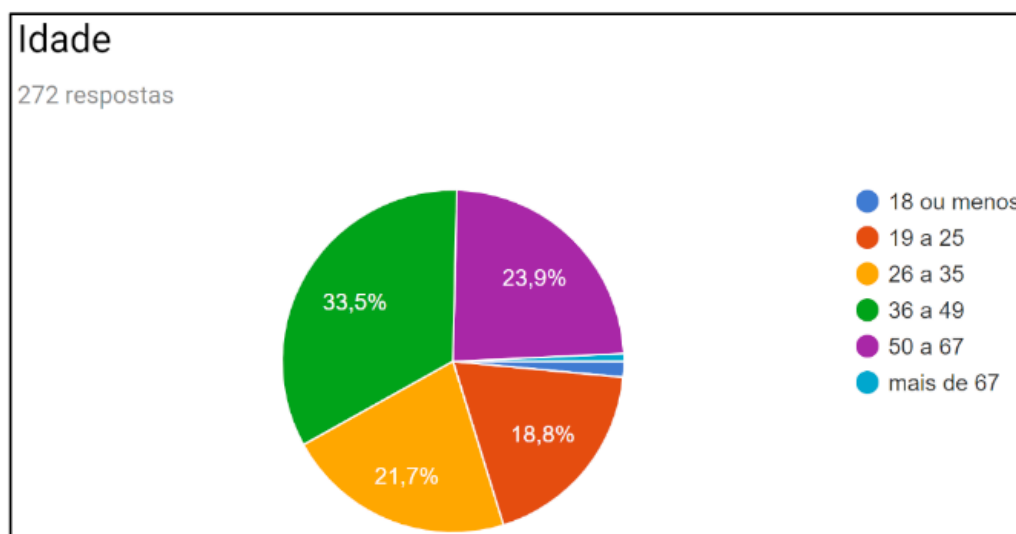


Figura 3-Idade dos inquiridos

Relativamente ao sexo dos inquiridos, conforme se percebe na figura 4, dois terços dos inquiridos são do sexo feminino, o que num inquérito completamente aberto distribuído nas redes sociais, é relevante e poderá representar uma maior disponibilidade das mulheres relativamente aos homens para participar em estudos.

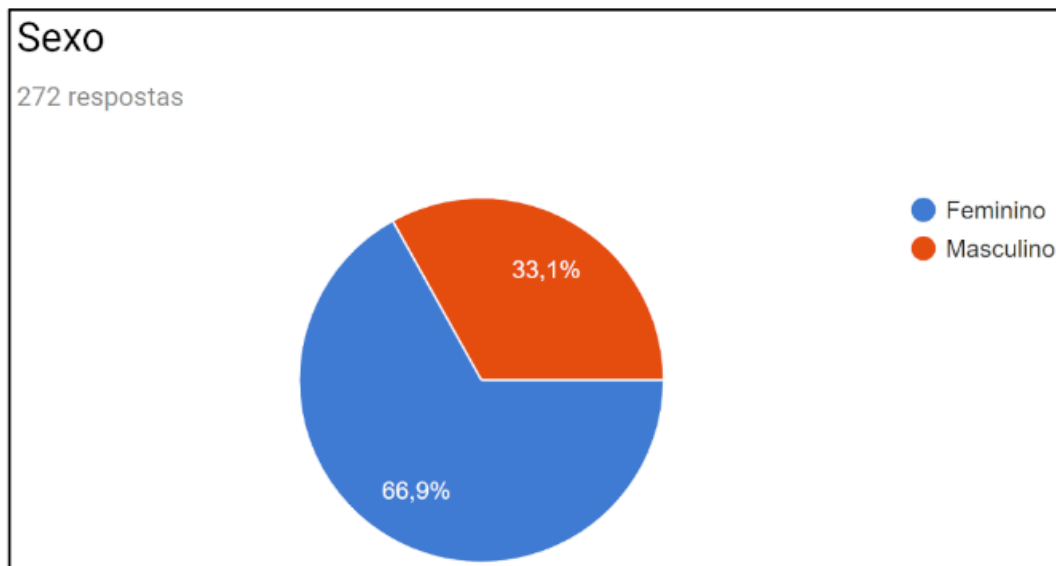


Figura 4 - Sexo dos inquiridos

Relativamente ao estado civil, como demonstra a figura 5, mais de 50% dos inquiridos são casados ou em união de facto, 38,6% são solteiros e 10% de divorciados.

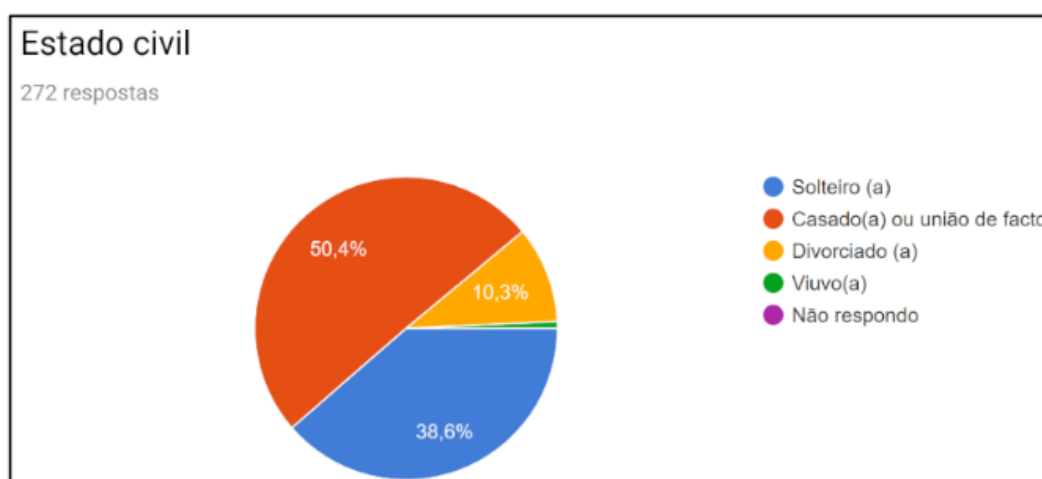


Figura 5 - Estado civil dos inquiridos

Relativamente à sua situação profissional, 71% trabalham por conta de outrem e 18% por conta própria. Cerca de 10,7% dos inquiridos não trabalha (figura 6)

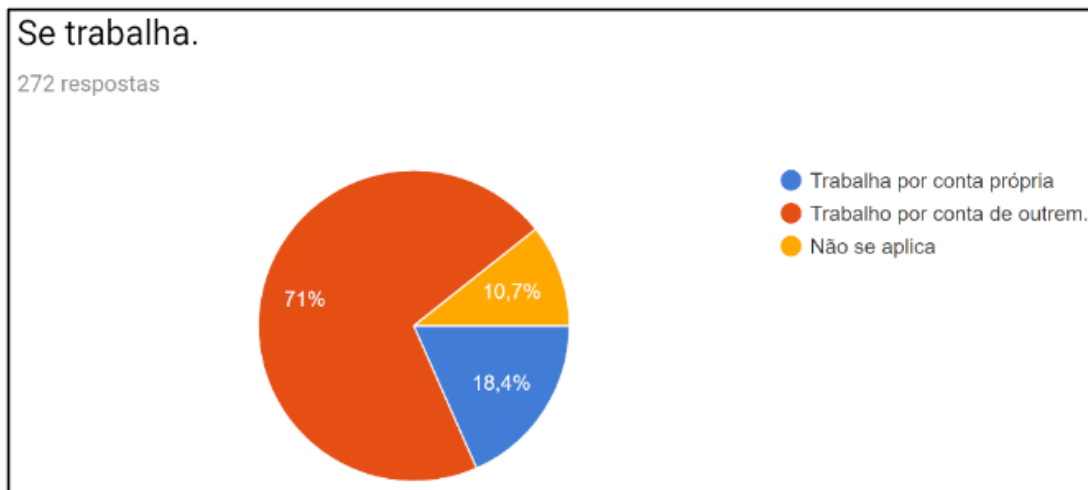


Figura 6 - Situação profissional dos inquiridos

4.2 Análise e discussão dos resultados

4.2.1 Conhecimento sobre o RBI

Na resposta à questão “Já ouviu ou leu algo sobre o RBI”, os resultados indicam que mais de 70% dos inquiridos desconhecem o tema conforme se pode observar pela figura 7.

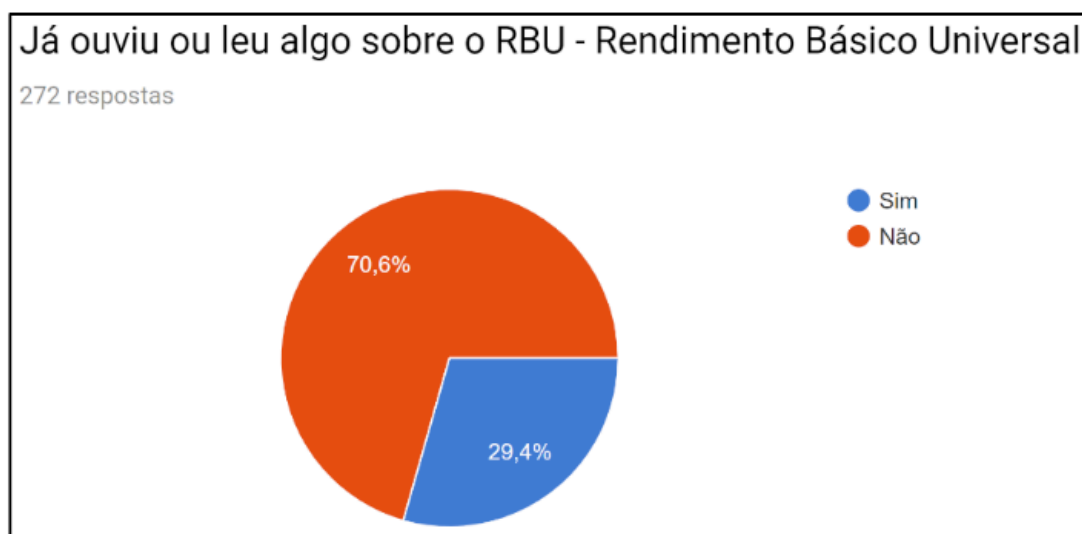


Figura 7 - Conhecimento sobre o Tema RBI

Perante os resultados, tentou-se aprofundar a análise no sentido de perceber se existiam diferenças no conhecimento do tema em pessoas com diferentes situações profissionais. Na figura 8 demonstra-se que existem diferenças significativas entre quem trabalha por conta própria, onde cerca de 50% dos inquiridos já leu ou ouviu falar sobre o RBI e os inquiridos que trabalham por conta de outrem, em que pouco mais de 20% tem algum conhecimento sobre o tema.

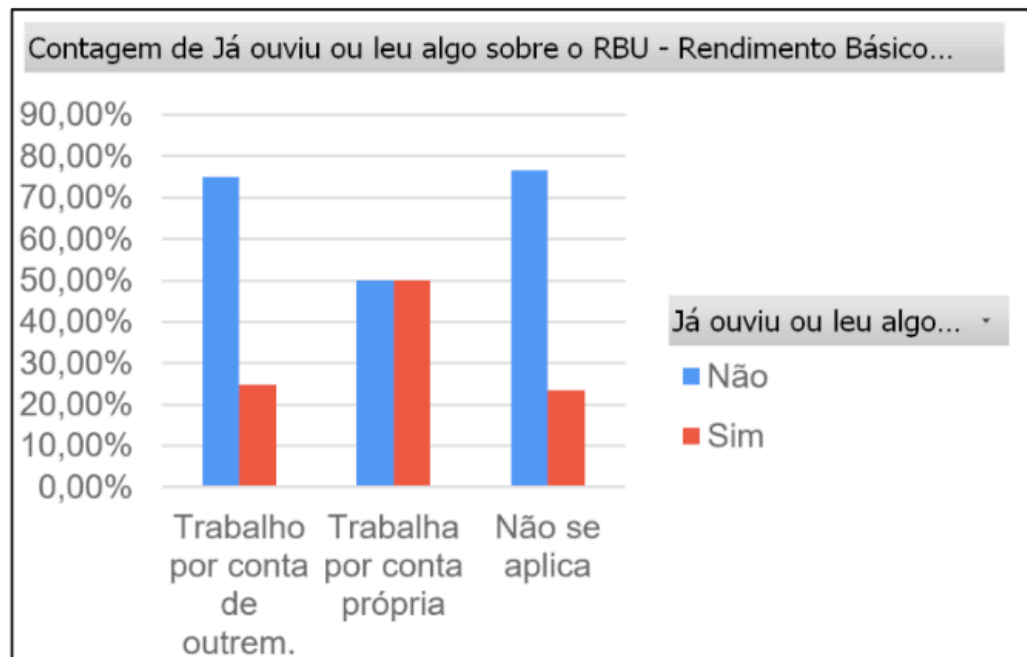


Figura 8 - Conhecimento sobre o RBI por situação profissional

Ao 'triangular' o conhecimento sobre o RBI com a idade dos inquiridos, os dados demonstram (figura 9), que o conhecimento sobre o tema aumenta com a idade, sendo que a partir dos 50 anos, cerca de metade dos inquiridos já ouviu ou leu algo sobre o tema RBI.

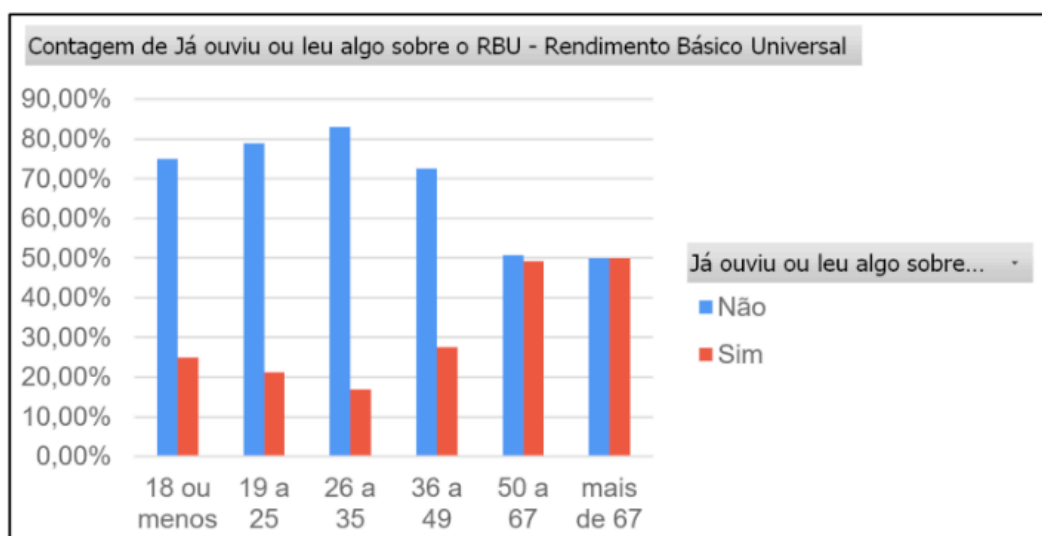


Figura 9 - Conhecimento do tema RBI versus idade

Por fim, relativamente ao conhecimento sobre o tema, os dados demonstram (figura 10) que 35% dos inquiridos do sexo masculino têm conhecimento do tema, enquanto somente 26% dos inquiridos do sexo feminino referem ter esse conhecimento.

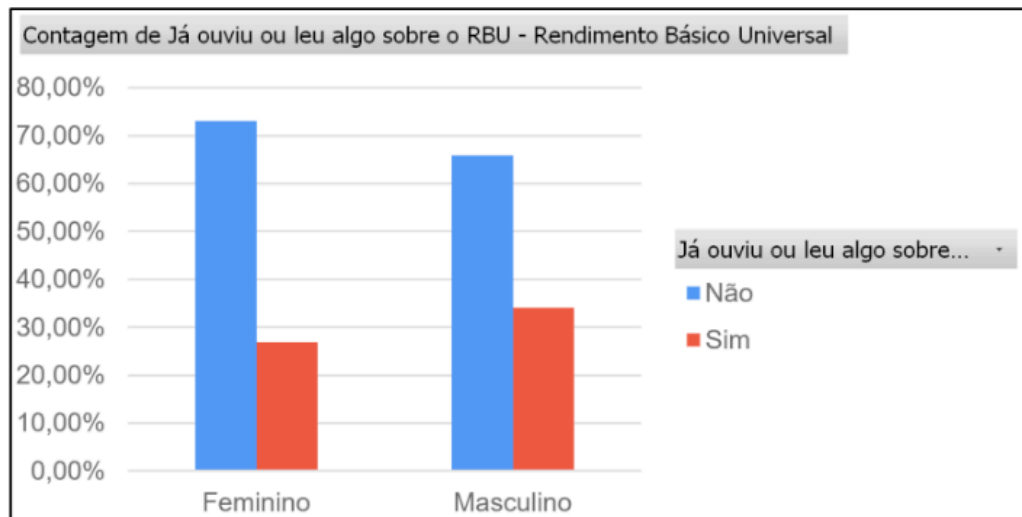


Figura 10 - Conhecimento do tema RBI versus sexo

Os resultados demonstram a convicção dos autores sobre o desconhecimento da generalidade da população sobre a temática RBI, pelo que se entende que é fundamental e urgente lançar o debate na opinião pública Portuguesa, de forma que mesmo antes da formação de opiniões empíricas por parte da população, o conhecimento e discussão sobre o tema seja feito com cuidado e objetividade, assente em estudos e resultados de experiências anteriores, de forma a fundamentar as mesmas em resultados científicos produzidos por vários investigadores nacionais e internacionais.

4.2.2 Satisfação com o trabalho?

Relativamente à questão do trabalho, e o posicionamento dos inquiridos sobre se gostam do trabalho que exercem ou escolheriam outro trabalho, se pudessem, depreende-se pela figura 11 que 43% dos inquiridos embora gostem do seu trabalho, se pudessem, trocariam. De realçar que 8% dos inquiridos referem mesmo que só trabalham por obrigação.

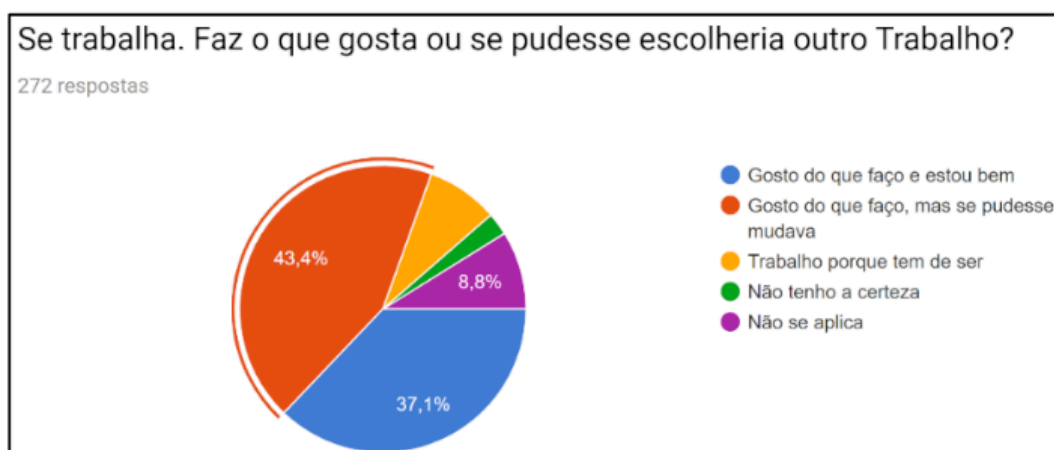


Figura 11 - Satisfação com o trabalho?

Ao aprofundar a análise pode perceber-se que, enquanto pouco mais de 20% dos trabalhadores por conta própria referem que mudariam de trabalho se pudessem, esse número ultrapassa os 50% nos trabalhadores por conta de outrem (figura 12). É relevante o facto de mais de 10% dos trabalhadores por conta de outrem referirem que somente trabalham por necessidade.



Figura 12 - Satisfação com o trabalho versus situação profissional

Relativamente à satisfação com o trabalho em função da idade dos inquiridos, os dados demonstram (figura 13) várias particularidades curiosas: a) existe insatisfação com o trabalho que exercem nos jovens até 25 anos; acresce que somente 20% dos inquiridos refere que não mudaria de trabalho se pudesse, sendo que cerca de 20% refere que só trabalha porque ‘tem de ser’. b) Na faixa de idades entre os 26 e os 35 anos quase 60% dos inquiridos mudaria de trabalho se pudesse. c) A partir dos 36 anos, essa percentagem reduz para cerca de 40%.

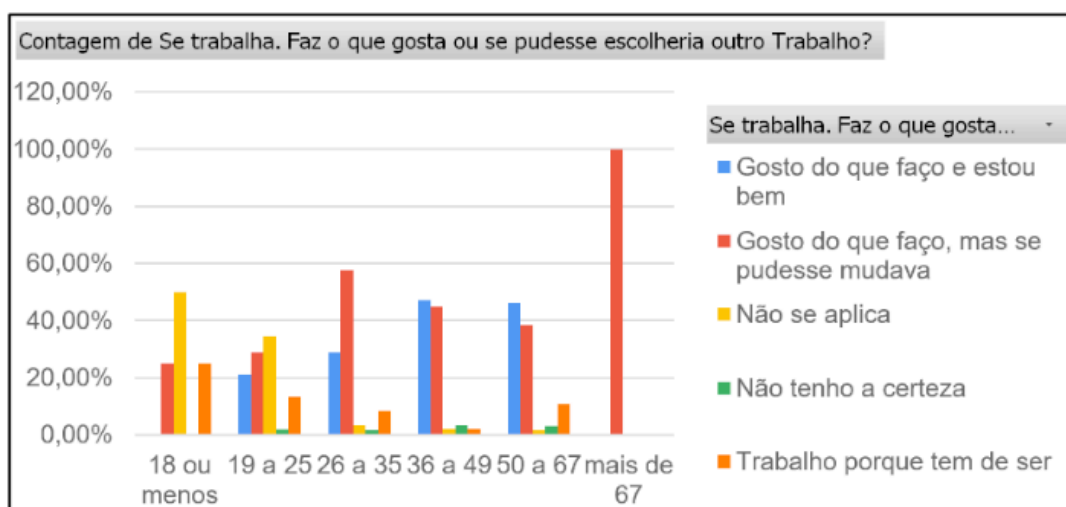


Figura 13 - Satisfação com o trabalho versus idade

A mesma análise filtrada pelo sexo dos inquiridos, permite perceber que,

enquanto nos homens existe equilíbrio entre os que mudariam de trabalho se pudessem e os que não mudariam (40%), no sexo feminino quase 45% mudaria de trabalho se pudesse. Releva-se o facto de quase 10% dos inquiridos do sexo feminino referirem que trabalham porque ‘tem de ser’ (figura 14).

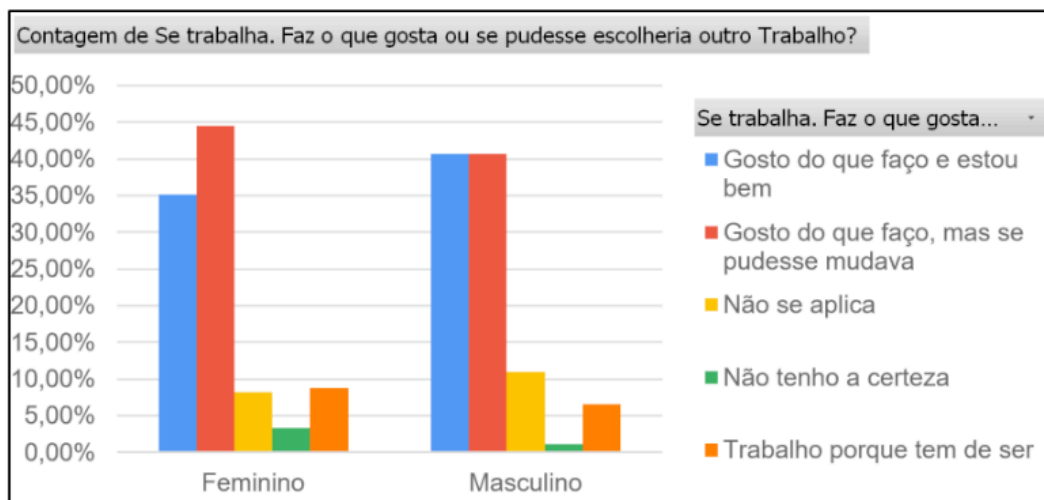


Figura 14 - Mudança de trabalho versus o sexo

Em suma, percebe-se pelas opiniões dos inquiridos, que parte substancial da população Portuguesa não está satisfeita com o seu trabalho, sendo de relevar que quase 10% dos inquiridos refere mesmo que só trabalha por obrigação ou necessidade.

4.2.3 A percepção relativamente ao trabalho do futuro

Relativamente à perspetiva sobre o trabalho do futuro, como se pode perceber pela figura 15, somente 9,2% dos inquiridos acredita que o seu trabalho será substituído por máquinas.

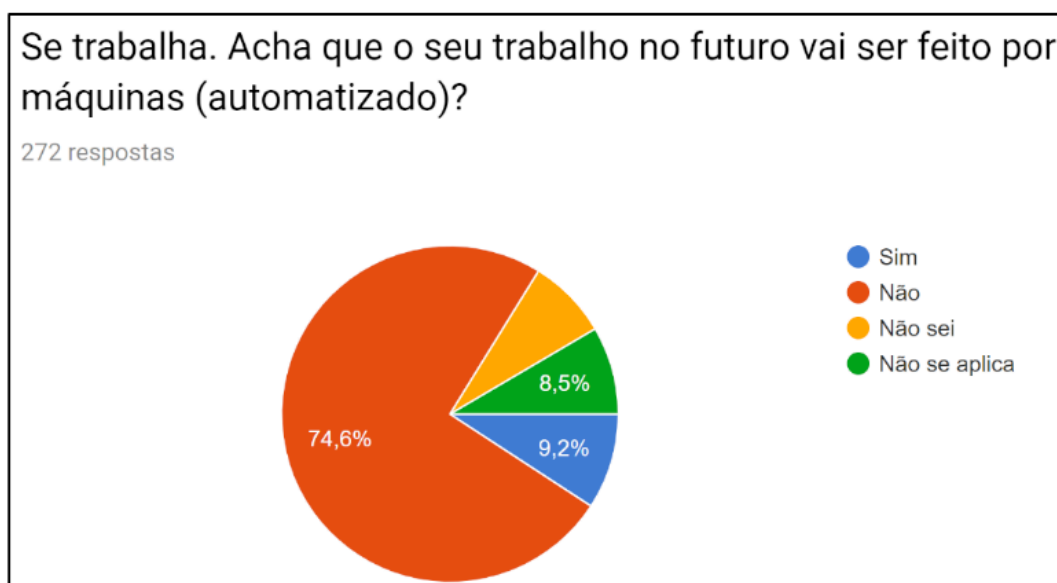


Figura 15 - Perspetivas sobre a automatização do seu trabalho

Relativamente à questão “deixaria de trabalhar se tivesse um rendimento garantido de 500 euros por mês” a generalidade dos inquiridos refere que não deixaria de trabalhar, enquanto somente 4% dos inquiridos refere que deixariam de trabalhar (figura 16).

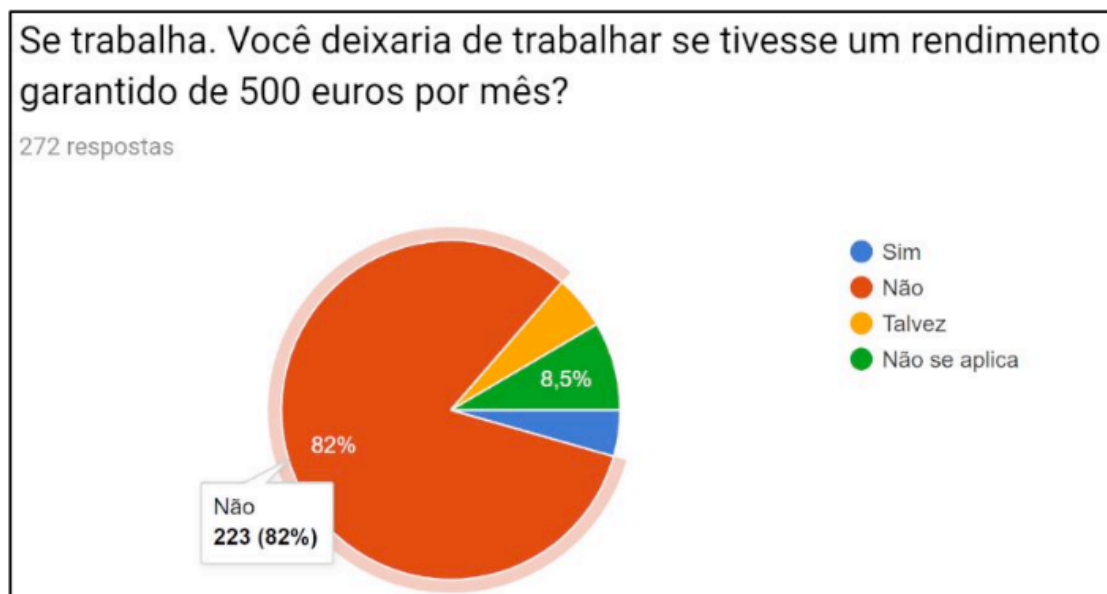


Figura 16 - Influência do eventual RBI no trabalho

No que se refere à percepção sobre o futuro do trabalho de cada um, bem como o tipo de trabalho disponível no futuro, os resultados indicam que a generalidade dos inquiridos ainda estão convictos de que os seus postos de trabalho não serão substituídos por máquinas. Seria interessante perceber qual o setor empresarial dos inquiridos (primário, secundário ou terciários), de forma a aprimorar as conclusões (confrontando com os estudos existentes relativamente à evolução esperada do trabalho e a sua gradual substituição por máquinas e pela própria Inteligência Artificial).

4.2.4 Posição relativamente ao aumento do salário mínimo nacional

Relativamente à questão se concordaria com o aumento da salário mínimo nacional para 1.000 euros/mês, mais de 70% dos inquiridos está de acordo como se pode verificar na figura 17.

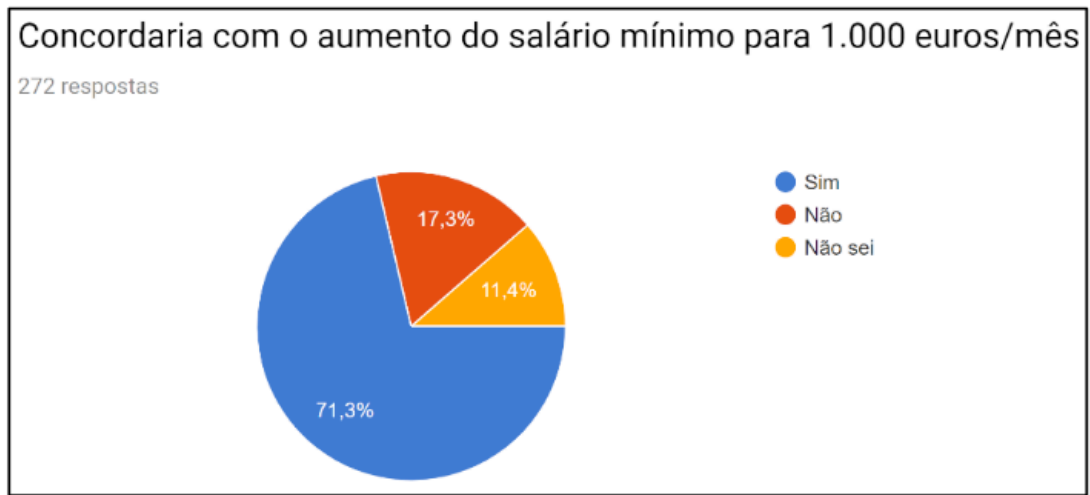


Figura 17 - Posição sobre o aumento do salário mínimo

Para se perceber melhor o contexto das resposta, aprofundou-se a análise, filtrando por situação profissional. Conforme se pode verificar pela figura 18, os resultados não diferem substancialmente entre os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores por conta própria.

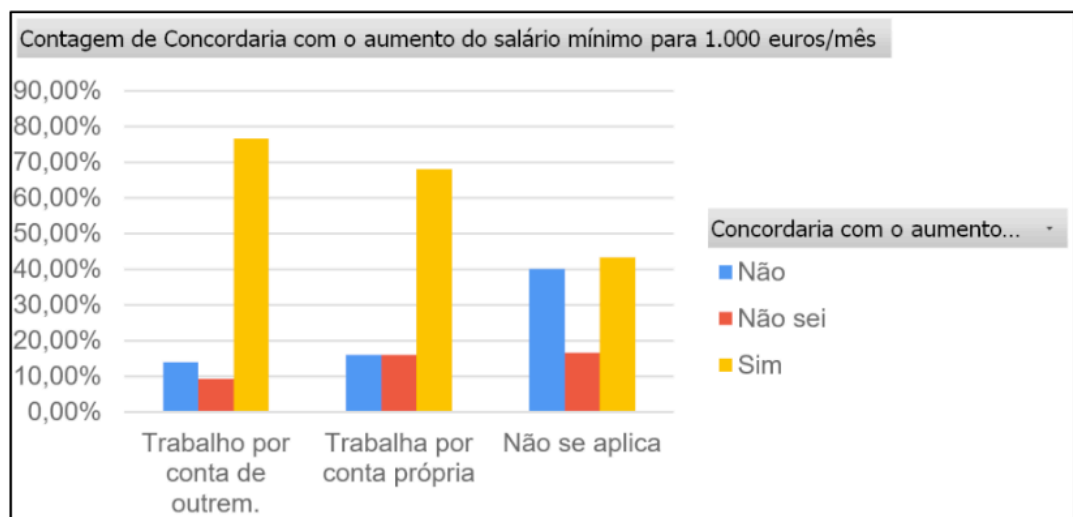


Figura 18 - Posição sobre o aumento do salário mínimo por situação profissional

Ainda que empiricamente as respostas possam não surpreender, se por exercício, forem comparadas com outros exemplos internacionais, fará sentido perceber e debater as razões dessas diferenças.

A Suíça por exemplo, referendou por vontade popular no ano de 2014 uma proposta da União Sindical Suíça (USS) que defendia que ninguém na Suíça podia ganhar menos do que 22 francos (19,98 euros) por hora, o que para um trabalhador a tempo inteiro (42 horas semanais) equivaleria a uma remuneração mensal de 4000 francos (3.632,00 euros). Os eleitores foram, no entanto, mais sensíveis aos argumentos do Governo e das confederações patronais, para quem a imposição

desta medida levaria ao aumento do desemprego e à perda de competitividade da economia Suíça. Alguns sectores, em particular a agricultura, alertaram mesmo que não existiam condições para pagar salários tão altos, pelo que se a medida fosse aprovada, corriam risco de extinção¹⁸. A imensa literatura disponível sobre a questão dos aumentos de rendimentos, com o conseqüente aumento do consumo e da inflação, e a sua correlação com cenários macroeconómicos imprevisíveis (Bagus & Howden, 2010; Berrios & Santos, 2013; Bessa, 2006; Europeu, 2009; García & Werner, 2010). Uma boa parte do que temos por pretensas explicações do processo inflacionário, ou, na respectiva terminologia, da inflação 1, decorre do facto de na sua elaboração se não partir da verificação da natureza pro-fundamente diferente do actual processo de subida dos preços, quando confrontado com as subidas de preços que lhe são historicamente anteriores. Na verdade, se analisarmos o período anterior a 1913, de plena vigência do padrão ouro (e das condições sociais que o instituíram e reproduziram como «regulador» do valor da moeda permitirá uma reflexão posterior sobre a cultura económica e conseqüente necessidade de formação económica da população Portuguesa.

4.2.5 Posicionamento relativamente à implementação do RBI

Por fim colocou-se uma questão relativa à atribuição do RBI a todos os cidadãos num montante de 500 euros mensais. Como se pode perceber pela figura 19, existe uma grande dispersão de posições, com 47% dos inquiridos a não concordarem, 34% a concordarem e 18% a não terem opinião sobre o assunto:

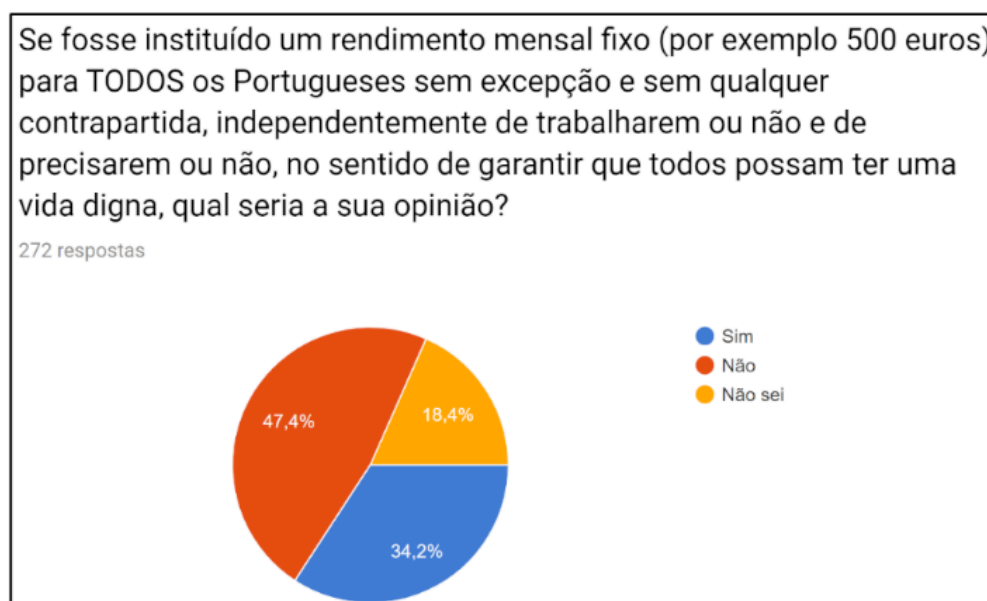


Figura 19 - Posição relativamente à implementação do RBI

Aprofundando a análise, para perceber se existem diferenças nas opiniões

18

<https://www.publico.pt/2014/05/18/mundo/noticia/suicos-rejeitam-o-salario-minimo-mais-alto-do-mundo-1636457>

relativamente à situação profissional, a figura 20 é elucidativa: os resultados não sofrem alterações significativas em função da situação profissional.

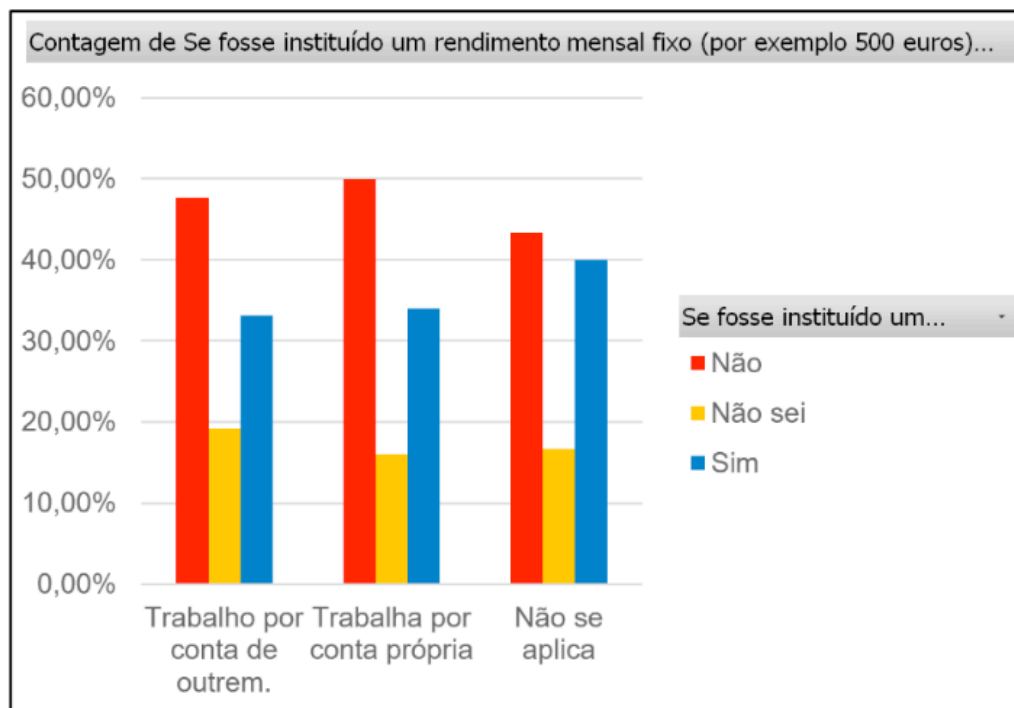


Figura 20 - Posicionamento relativamente ao RBI versus situação profissional

Ao 'cruzar' as respostas com a idade dos inquiridos para tentar compreender se existiria alguma alteração à medida que as pessoas ficam mais velhas, os resultados, conforme se pode verificar na figura 21, mostram que existe uma grande semelhança no posicionamento ao longo das faixas etárias, com exceção dos inquiridos na faixa etária até aos 18 anos e a partir dos 67 anos, sem expressão estatística.

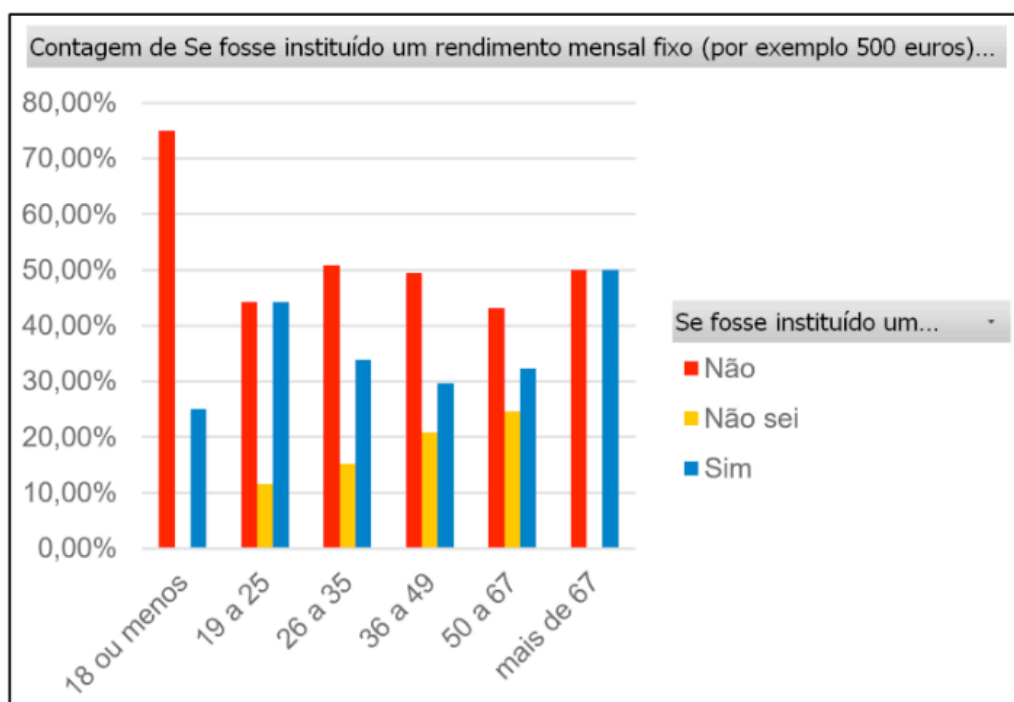


Figura 21 - Posicionamento relativamente ao RBI versus idade

No geral, pode inferir-se que a opinião dos inquiridos sobre a atribuição do RBI é demonstrativa do posicionamento e entendimento da população sobre a atribuição de um rendimento a pessoas que não prestam uma contrapartida à sociedade. Contudo e, tendo em consideração o desconhecimento demonstrado pelos inquiridos sobre o RBI e sobre os seus objetivos, reforça-se a convicção sobre a necessidade de iniciar o debate desta tema na sociedade Portuguesa.

5 | CONCLUSÃO

Os avanços tecnológicos, juntamente com as alterações demográficas, globalização e organização do trabalho, alteraram a estrutura e a natureza do trabalho. As evoluções tecnológicas, nomeadamente ao nível da transformação digital e robotização, abrem o espaço para o desenvolvimento de novos setores de trabalho, mas também trazem preocupações crescentes com futuras perdas de emprego.

A questão de como manter condições de vida equilibradas para todos está indissolúvelmente ligada a essas tendências globais, especialmente para aqueles cujos trabalhos vão ser mais afetados negativamente pelos avanços da tecnologia.

O RBI surge por isso como uma possível solução para esse problema crescente. A solução considera-se atrativa, pois poderia ajudar no apoio às áreas sociais, atuando também nas áreas-chave do desenvolvimento pessoal e podendo gerar sinergias positivas, como a livre escolha das atividades individuais, flexibilidade no emprego e promoção do espírito empreendedor, além de fornecer um suporte para os direitos básicos que cada cidadão deveria ter.

Contudo, o RBI tem implícitas outras problemáticas pois poderá ser visto como um incentivo negativo para o trabalho (em função dos parâmetros da atualidade) e implicará a alocação de recursos financeiros incalculáveis, nesta fase.

Ainda é cedo para avaliar o desempenho do RBI mesmo em termos Mundiais, uma vez que a maioria dos projetos, por um lado, não podem ser considerados universais e incondicionais e, por outro, alguns estão apenas nos estágios iniciais de implementação.

Os resultados do inquérito são evidentes e indicam que existe um grande desconhecimento da generalidade da população sobre a temática RBI, pelo que é fundamental e urgente lançar o debate na opinião pública Portuguesa, de forma que, mesmo antes da formação de opiniões empíricas por parte da população, o conhecimento e discussão sobre o tema seja feito duma forma cuidada e objetiva, assente em literatura e abordagens de investigadores internacionais, bem como em estudos e resultados de experiências anteriores.

De referir, como nota final, que este estudo exploratório deverá ser visto como

ponto de partida, e como incentivo para o aprofundamento da investigação sobre a temática em Portugal, e como alavanca para uma reflexão conducente à elaboração de políticas eficazes que possam permitir a preparação antecipada de uma transição inevitável face à transformação que a sociedade e, em particular, o trabalho vai enfrentar.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, B. A., & Alstott, A. (1999). *The stakeholder society*. Yale University Press.
- Altman, J. (2016). Basic Income for Remote Indigenous Australians: Prospects for a Livelihoods Approach in Neoliberal Times. In *Basic Income in Australia and New Zealand* (pp. 179–205). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137535320_9
- Altman, J., & Markham, F. (2019). Basic Income and Cultural Participation for Remote-Living Indigenous Australians (pp. 87–109). https://doi.org/10.1007/978-3-030-14378-7_5
- Alzúa, M. L., Cruces, G., & Ripani, L. (2013). Welfare programs and labor supply in developing countries: experimental evidence from Latin America. *Journal of Population Economics*, 26(4), 1255–1284. <https://doi.org/10.1007/s00148-012-0458-0>
- Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2017). A Técnica de Análise de Conteúdo. In *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*.
- Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Forense Universitaria.
- Aydinonat, N. E. (2015). Dani Rodrik's Economics rules: the rights and wrongs of the dismal science. New York: W. W. Norton & Company, 2015, 272 pp. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, 8(2), 94. <https://doi.org/10.23941/ejpe.v8i2.203>
- Bagus, P., & Howden, D. (2010). Munich Personal RePEc Archive Causes and Consequences of Inflation Causes and Consequences of Inflation 1. <https://doi.org/10.1111/basr.12043/abstract>
- Berrios, L. A., & Santos, J. A. (2013). Impactos da inflação no poder de compra do salário mínimo: um breve panorama. *Revista de Administração Do Unisal*, 74–91.
- Bessa, D. (2006). *Teorias explicativas da inflação: apreciação crítica* 1. O PROCESSO INFLACIONADO: REALIDADE DE LOCALIZAÇÃO HISTÓRICA PRECISA. Análise Social* (Vol. XVI).
- Birnbaum, S. (2012). Equality of Status and Its Priority: A Rawlsian Case for Basic Income. In *Basic Income Reconsidered* (pp. 41–63). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137015426_2
- Blankenagel, W. (2012). *Geschichte des Grundeinkommens*. Books on Demand.
- Burns, E. M. (2011). A Revolução Industrial dos séculos XIX e XX – Consciência.org. Retrieved November 3, 2019, from <http://www.consciencia.org/a-revolucao-industrial-dos-seculos-xix-e-xx>
- Chandra, P., Chandra, & Pasma. (2010). Working Through the Work Disincentive. *Basic Income Studies*, 5(2), 1–20.
- Charlier, J. (1848). *Solution du problème social ou Constitution humaine, basée sur la loi naturelle et précédée de l'exposé des motifs - Google Play*. Bruxelles.

- Condorcet, J.-A.-N. de C. marquis de. (1795). *Esquisse d'un tableau historique des progres de l'esprit humain. Ouvrage posthume de Condorcet*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Costa, A. P. (2016). Cloud Computing em Investigação Qualitativa: Investigação Colaborativa através do software webQDA. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 5(2), 153. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i2.p153-161>
- Costa, A. P., & Amado, J. (2018). *Content Analysis Supported by Software*. Aveiro: Ludomédia. Retrieved from https://www.ludomedia.pt/en/prod_details.php?id=172&catId=13&offset=0
- Costa, A. P., de Souza, F. N., Moreira, A., & de Souza, D. N. (2018). webQDA 2.0 Versus webQDA 3.0: A Comparative Study About Usability of Qualitative Data Analysis Software (pp. 229–240). https://doi.org/10.1007/978-3-319-58965-7_16
- Costa, A. P., Linhares, R., & de Souza, F. N. (2014). Possibilidades de Análise Qualitativa no webQDA e colaboração entre pesquisadores em educação em comunicação. In R. Linhares, S. de L. Ferreira, & F. T. Borges (Eds.), *Infoinclusão e as possibilidades de ensinar e aprender* (pp. 205–215). Universidade Tiradentes, Aracaju - Brasil: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Costa, A. P., Moreira, A., & Souza, F. N. (2019). webQDA - Qualitative Data Analysis. Aveiro - Portugal: Aveiro University and MicroIO. Retrieved from www.webqda.net
- Denniss, R., & Swann, T. (2016). Consumption Smoothing with Basic Income: The Role of Administrative Loans. In *Basic Income in Australia and New Zealand* (pp. 115–132). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137535320_6
- Dowding, K., Wispelaere, J. De, & White., S. (2003). *The Ethics of Stakeholding*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Europeu, B. C. (2009). *A estabilidade de preços é importante porquê?*
- Figueiredo, M. A. de. (2013). *Será que os surfistas devem ser subsidiados? e se no futuro os nossos impostos pagarem um rendimento garantido a todos, igual para pobres ou ricos, preguiçosos ou viciados no trabalho?* Alêtheia Editores.
- FitzRoy, F., & Jin, J. (2018). Basic income and a public job offer: complementary policies to reduce poverty and unemployment. *Journal of Poverty and Social Justice*, 26(2), 191–206. <https://doi.org/10.1332/175982718X15200701225179>
- Flomenhoft, G. (2017). Total Economic Rents of Australia as a Source for Basic Income. In *Financing Basic Income* (pp. 77–100). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54268-3_4
- Foner, E. (1995). *Thomas Paine : collected writings*. Library of America.
- Fourier, C. (1836). *La fausse industrie, morcelée, répugnante, mensongère, et l'antidote*.
- Frank, R. H. (2008). Context Is More Important Than Keynes Realized. In *Revisiting Keynes* (pp. 143–150). The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262162494.003.0011>
- Friedman, M. (2009). *Capitalism and Freedom: Fortieth Anniversary Edition: Fortieth Anniversary Edition (Google eBook)*. University of Chicago Press.
- García, J. A., & Werner, T. (2010). *Working PaPer Serie S - n 1162 InFLation riSkS and InFLation riSk PreMia*. Retrieved from <http://www.ecb.europa.eu>
- Goldsmith, S. (2012). The Economic and Social Impacts of the Permanent Fund Dividend on Alaska.

In *Alaska's Permanent Fund Dividend* (pp. 49–63). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137015020_4

Groot, L., Muffels, R., & Verlaet, T. (2019). Welfare States' Social Investment Strategies and the Emergence of Dutch Experiments on a Minimum Income Guarantee. *Social Policy and Society*, 18(2), 277–287. <https://doi.org/10.1017/S1474746418000283>

Guilherme De Moura, E., & Florianópolis, P. (2006). *UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS Programa de Pós-Graduação em História A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*.

Henrique, P., & Mota, P. (2016). *A noção de essência humana no jovem Marx The notion of human essence in the young Marx*. Retrieved from www.marilia.unesp.br/filogenese

Hollo, T. (2019). Finding a Political Strategy for a Basic Income in Australia (pp. 129–145). https://doi.org/10.1007/978-3-030-14378-7_7

Huws, U. (2017). Where Did Online Platforms Come From? The Virtualization of Work Organization and the New Policy Challenges it Raises. In *Policy Implications of Virtual Work* (pp. 29–48). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-52057-5_2

Jordan, B. (2010). Basic Income and Social Value. *Basic Income Studies*, 5(2). <https://doi.org/10.2202/1932-0183.1140>

Jörmann, A. (2017). Financing Basic Income in Switzerland, and an Overview of the 2016 Referendum Debates. In *Financing Basic Income* (pp. 49–74). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54268-3_3

Kaighin, J. (2019). What About Young People? Why a Basic Income for Young People Matters (pp. 179–198). https://doi.org/10.1007/978-3-030-14378-7_10

Marcelo, G., Merrill, R., Bizarro, S., & Pinto, J. (2019). *Rendimento Básico Incondicional: uma defesa da liberdade*. Leya.

Marston, G. (2016). Greening the Australian Welfare State: Can Basic Income Play a Role? In *Basic Income in Australia and New Zealand* (pp. 157–177). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137535320_8

Mays, J. (2016). Disability, Citizenship, and Basic Income: Forging a New Alliance for a Non-disabling Society. In *Basic Income in Australia and New Zealand* (pp. 207–251). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137535320_10

Mill, J. S. (2006). *Principles of political economy*. Cosimo Classics.

More, T. (2014). *Utopia*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais_ Editora Universidade de Brasília_.

Pech, W. J. (2010). Behavioral Economics and the Basic Income Guarantee. *Basic Income Studies*, 5(2). <https://doi.org/10.2202/1932-0183.1167>

Pereira, R. (2017a). Introduction: Financing Approaches to Basic Income. In *Financing Basic Income* (pp. 1–5). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54268-3_1

Pereira, R. (2017b). The Cost of Universal Basic Income: Public Savings and Programme Redundancy Exceed Cost. In *Financing Basic Income* (pp. 9–45). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54268-3_2

- Pound, E., Davis, M. T., & McWhirter, C. (2015). *Ezra Pound and Globe magazine : the complete correspondence*.
- Quiggin, J. (2019). Basic or Universal? Pathways for a Universal Basic Income (pp. 147–161). https://doi.org/10.1007/978-3-030-14378-7_8
- Rifkin, J. (2014). *A Terceira Revolução Industrial*. Bertrand Editora.
- Rodrik, D. (2015). Economics Rules: The Rights and Wrongs of the Dismal Science (an excerpt). *Journal of Economic Sociology*, 16(4), 39–59. <https://doi.org/10.17323/1726-3247-2015-4-39-59>
- Russell, B. (2004). *Proposed roads to freedom*. Cosimo Classics.
- Silva, A. S. da. (2016). *DESTINO, HUMILHAÇÃO E DIREITO: A REINVENÇÃO NARRATIVA DA COMUNIDADE -Volume 2*. Universidade de Coimbra.
- Tobin, J. (1980). *Asset accumulation and economic activity reflections on contemporary macroeconomic theory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ursula Huws. (2016). Logged labour: a new paradigm of work organisation? *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 10(1), 7. <https://doi.org/10.13169/workorglaboglob.10.1.0007>
- Van Donselaar, G. (2009). *The Right to Exploit: Parasitism, Scarcity, and Basic Income. The Right to Exploit: Parasitism, Scarcity, and Basic Income*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195140392.001.0001>
- Van Parijs, P. (2004). Basic Income: A Simple and Powerful Idea for the Twenty-first Century. In *Politics and Society* (Vol. 32, pp. 7–39). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.1177/0032329203261095>
- Vives, J. L. (2017). *Tratado Del Socorro De Pobres: De Subventionem Pauperum*. Madrid: Pré textos.
- Widerquist, K. (2001). Perspectives on the Guaranteed Income, Part I. *Journal of Economic Issues*, 35(3), 749–757. <https://doi.org/10.1080/00213624.2001.11506401>
- Widerquist, K. (2018). Why UBI Experiments Cannot Resolve Much of the Public Disagreement About UBI. In *A Critical Analysis of Basic Income Experiments for Researchers, Policymakers, and Citizens* (pp. 87–91). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-03849-6_11
- Wray, L. R. (2013). The Euro Crisis and the Job Guarantee: A Proposal for Ireland. In *The Job Guarantee* (pp. 161–177). New York: Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1057/9781137297990_8
- Yunker, J. A. (2013). The Basic Income Guarantee: A General Equilibrium Evaluation. *Basic Income Studies*, 8(2). <https://doi.org/10.1515/bis-2013-0014>
- Zhen, Y., Guerriero, M., Lopez, E., & Haverman, P. (2020). Universal Basic Income: A Working Paper A Policy Option for China beyond 2020? *UNVP China*.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 1

C

Cadeia produtiva 17, 18, 20, 21, 30

Consistência intertemporal 75

D

Desenvolvimento regional 32, 43, 109

Desequilíbrio financeiro 92, 93, 94, 97, 101, 103, 104, 105, 106, 107

Design 88, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

E

Economia solidária 32, 36, 37, 41, 42, 43, 44

Envelhecimento 75, 89

Estado do Pará 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20

F

Futuro 45, 46, 47, 48, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 120

G

Geração de renda 18, 32, 35, 36, 37, 41, 42

Governos locais 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105

I

Indústria de mobiliário 109, 120, 121

Inovação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 109, 121

P

Pará 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Paradigmas tecnológicos 14, 15, 16, 19

Paredes 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Património local 109

Pesca artesanal 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31

Política social 5, 75, 76

Propriedade intelectual 14, 16

R

Regulação ex-post do endividamento subnacional 92

Rendimento básico universal 45, 46, 52, 55

S

Saúde mental 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44

Sistemas de pensões 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 89

T

Trabalho 1, 2, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 121

V

Venezuela 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0